

AVALIAÇÃO BIOPSIKOSSOCIAL DA DEFICIÊNCIA

AGOSTO
2021

ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE
OS PERFIS DE BENEFICIÁRIOS
DE POLÍTICAS PÚBLICAS



Realização:



Expediente

Presidente

Diogo Costa

Diretora-Executiva

Rebeca Loureiro de Brito

Diretora de Altos Estudos

Diana Coutinho

Diretor de Educação Executiva

Rodrigo Torres

Diretor de Desenvolvimento Profissional

Paulo Marques

Diretora de Inovação

Bruna Santos

Diretora de Gestão Interna

Alana Regina Biagi Silva Lisboa

Coordenação Geral de Ciência de Dados

Leonardo Monastério

Autoria

Giovanni di Pietra
Eduarda Figueiredo
Vittório Leite
Willian Adamczyk

Capa e Diagramação

Samyra Lima
Equipe EvEx

Imagens

Unsplash



O Evidência Express (EvEx), iniciativa da Diretoria de Altos Estudos da Escola Nacional de Administração Pública (Enap), é uma equipe de pesquisadores focada em reunir, sintetizar e fornecer evidências para o desenho, monitoramento e avaliação de políticas públicas. A missão do EvEx é gerar produtos ágeis, priorizando a qualidade das informações.

Avaliações completas de uma política pública são intensivas em tempo e custos, necessitando de uma visão sistêmica do problema e do tema investigado. A fim de agilizar os processos de avaliação, o EvEx se propõe a produzir atividades de consolidação do conhecimento disponível e produção de novos pontos de vista.

Os resultados dos produtos EvEx apoiam tomadores de decisão do setor público federal, subsidiando avaliações Ex Ante ou Ex Post. Beneficiam também os gestores públicos locais, demais pesquisadores, alunos, docentes, servidores e entidades da sociedade civil.

Os produtos do EvEx analisam evidências qualitativas e quantitativas acerca de um problema, podendo ser demandados de forma avulsa ou em pacotes, sobre:

- Magnitude e evolução do problema no Brasil e no mundo.
- Causas e consequências do problema.
- Soluções de enfrentamento do problema existentes no Brasil e no mundo.
- Público-alvo ou afetado pelo problema ou política.
- Evidências de impacto de soluções existentes.

Para maiores informações, entre em contato: evidencia.express@enap.gov.br

Boa Leitura!

Sumário

1	Introdução	5
2	Metodologia	7
2.1	Pontuações em Atividades Funcionais no IFBrM	9
2.2	Identificação e Aplicação do Método <i>Fuzzy</i>	10
2.3	Classificações de Deficiência	11
3	Resultados	13
3.1	Análise Descritiva do Perfil Socioeconômico entre os Beneficiários do BPC	13
3.2	Análise do Perfil de Deficiência entre os Beneficiários do BPC	18
4	Considerações Finais	21
	Referências Bibliográficas	22

1. Introdução

O Índice de Funcionalidade Brasileiro Modificado (IFBrM) foi aprovado em 2020 como um instrumento base para a avaliação da deficiência e deverá ser utilizado para implantação de um sistema unificado a ser adotado pelo Governo Brasileiro, conforme prevê a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (BRASIL, 2015).¹ O índice atualiza o sistema vigente de avaliação, saindo do modelo de Classificação Internacional de Doenças (CID) para a Classificação Internacional de Funcionalidades e Incapacidade em Saúde (CIF) e, portanto, adotando critérios biopsicossociais. Desde a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência — aprovada pela ONU (2006) e ratificada pelo Brasil (2008) — discute-se no Brasil novo modelo de avaliação da deficiência, baseado não apenas na visão biomédica (que a entende a deficiência como uma patologia ou impedimento do indivíduo), mas na compreensão de que a deficiência resulta da interação desta lesão com as barreiras sociais que impedem a participação plena da pessoa na sociedade.

Neste contexto foi criado o Comitê do Cadastro Nacional da Inclusão da Pessoa com Deficiência e da Avaliação Unificada da Deficiência (Decreto no. 8.954 de 2017), possibilitando a elaboração e validação do IFBrM. A pesquisa de campo envolvendo a aplicação do IFBrM contou com mais de 8.000 avaliados, com avaliações realizadas por profissionais de diferentes áreas, da Rede de Atenção à Saúde do SUS, em 50 cidades distintas das cinco regiões do país, sob coordenação da Universidade de Brasília (UnB) (RESENDE et al., 2019).

No entanto, enquanto os critérios de avaliação de deficiências têm um caminho claro para tornarem-se unificados – ainda não há unidade entre os critérios de concessão de benefícios às pessoas com deficiência. Em 2020, o Brasil apresenta um grande leque programa sociais que buscam promover assistência básica a esse grupo, dentre estes podemos citar o Benefício de Prestação Continuada (BPC), uma política pública de combate às desigualdades entre as pessoas pobres com deficiências e idosos, garantida na Constituição Federal de 1988 e regulamentada pela Lei no 8.742, de 7 de dezembro de 1993 — Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS (BRASIL, 1993). Mesmo aprovado há quase três décadas, ainda há divergência quanto às regras de concessão do próprio BPC.²

¹Em linha com esta discussão, a Lei Brasileira de Inclusão (LBI) – Estatuto da Pessoa com Deficiência (BRASIL, 2015) estabeleceu que a avaliação da deficiência deve ser baseada em critérios biopsicossociais.

²Por exemplo, em 2013, o Supremo Tribunal Federal (STF) considerou inconstitucional o trecho da LOAS (BRASIL, 1993) que define como critério para concessão do BPC a renda média familiar de um quarto do salário mínimo, por considerar que o critério está defasado para caracterizar a condição de miserabilidade. Mas a norma não foi anulada e a aprovação do benefício a quem está fora do critério da norma ocorre somente após a judicialização do pedido. Em 2020, o governo então vetou o valor de meio salário mínimo como limite da renda familiar que passaria a valer a partir de 1º de janeiro de 2021, o que deixaria o benefício sem critério objetivo para aferição da renda (AGÊNCIA SENADO, 2021).

Além do BPC existem programas ligados ao BPC, como o Auxílio-Inclusão (previsto no Estatuto da Pessoa com Deficiência) e o programas atrelados à estrutura de proteção social do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, como o Auxílio-Doença³) e a Aposentadoria por Invalidez (que apresenta requisitos parecidos com o Auxílio-Doença).

Torna-se então necessário discutir — sob a metodologia do instrumento de avaliação biopsi-cossocial da deficiência — quais as diferenças nesta escala unificada entre as deficiências cobertas por cada tipo de benefício. Neste trabalho apresentamos uma análise exploratória dos dados coletados durante a pesquisa de campo do IFBrM com o objetivo de evidenciar as diferenças entre o perfil socioeconômico dos beneficiários do BPC por deficiência e os beneficiários de outros programas. Em síntese, nossos resultados mostram que os beneficiários do BPC apresentam um perfil socioeconômico muito distinto, sendo muito mais jovens, menos escolarizados e mais concentrados nas zonas rurais do Brasil.

Além disso, nós mostramos que os beneficiários do BPC apresentam uma prevalência de gravidade avaliada pelo IFBrM de 42%, enquanto a prevalência de gravidade no grupo de comparação que considera beneficiários de outros ou de nenhum programa é de apenas 18%. A diferença entre grupos chega a ser de 34 pontos percentuais quando comparamos o grupo beneficiário do BPC com o grupo beneficiário de outros programas, excluindo os não beneficiários. Aprofundando a exploração das diferenças em relação às dimensões de domínios de atividades funcionais e tipos de deficiência, mostramos que o grupo que recebe o BPC apresenta, em geral, medidas de deficiência mais agudas quando comparados ao grupo que recebe algum outro ou nenhum benefício, mesmo quando a composição etária da amostra é levada em conta.

No Capítulo 2 apresentamos os aspectos metodológicos do IFBrM, utilizado para a mensuração do grau de deficiência entre os avaliados, os dados utilizados neste trabalho e a estratégia de exploração destes dados. No Capítulo 3 apresentamos os resultados de uma análise exploratória das diferenças quanto ao perfil socioeconômico e na gravidade das deficiências entre beneficiários do BPC quando comparados com beneficiários de outros ou nenhum outro programa social. Apresentamos no Capítulo 4 nossas considerações finais.

³Benefício por incapacidade devido ao segurado do INSS que comprove, em perícia médica, estar temporariamente incapaz para o trabalho em decorrência de doença ou acidente.

2. Metodologia

Nesta seção descrevemos a metodologia empregada para a avaliação dos níveis de deficiência por meio da aplicação do Índice de Funcionalidade Brasileiro Modificado (IFBrM). O instrumento foi concebido a partir do projeto de pesquisa intitulado “Implementação do Modelo Único de Avaliação e Valoração da Deficiência: uma análise do processo de validação do Índice de Funcionalidade Brasileiro (IFBr) pelas Políticas Sociais Brasileiras”, por meio da Carta Acordo firmada entre o Ministério da Justiça e Cidadania (MJ), a Organização dos Estados Ibero-Americanos (OEI), a Fundação de Empreendimentos Científicos e Tecnológicos (FINATEC) e a Universidade de Brasília (UnB).

Com execução da UnB e coparticipação do Ministério da Saúde (MS), o objetivo do projeto foi o de realizar uma pesquisa única e multicêntrica para validar o IFBrM e propor os aperfeiçoamentos com base no formato de avaliação da deficiência normatizado pela Lei Brasileira de Inclusão. Um dos objetivos das modificações e da introdução do índice foi elaborar um modelo brasileiro único de classificação e valoração das deficiências para uso em todo o território nacional.

Utilizamos os dados descritos no Documento Técnico Analítico Final (RESENDE et al., 2019), de 2019, e sua Revisão de 2021 (RESENDE et al., 2021). Os dados a que tivemos acesso representam 8.783 indivíduos, avaliados de forma independente por dois avaliadores, totalizando 17.566 observações. As distintas avaliações consistem no preenchimento da matriz de aplicação do instrumento IFBrM por cada profissional com informações do próprio avaliado ou acompanhante.

Além dos itens de resultado da matriz de aplicação do instrumento, há também variáveis socioeconômicas coletadas nos formulários de identificação. Dentre estas variáveis, utilizamos em nossa análise as variáveis “Raça”, dividida entre as categorias “Branco”, “Pardo”, “Preto” ou “Amarelo”; “Escolaridade”, com categorias de respostas agregadas para “Ensino Fundamental completo ou incompleto”, “Ensino Médio completo ou incompleto”, “Ensino Superior ou maior nível educacional”, além de uma categoria “Não Aplicável”, para avaliados que não que ainda não tenham atingido a idade escolar; Localização da Residência: Rural ou Urbana; Sexo: Homem ou Mulher; Idade e Faixas Etárias (1 a 4, 5 a 10, 11 a 17, 18 a 59 e 60 Anos ou Mais); Renda Familiar (em R\$) e a quantidade de pessoas vivendo no domicílio do avaliado.⁴

A partir destes dados, realizamos uma análise descritiva dos resultados a fim de identificar diferenças nos perfis de avaliados que recebem o Benefício de Prestação Continuada (BPC) em relação

⁴A declaração de raça é obrigatória durante o preenchimento do formulário.

aos demais avaliados⁵. Para isso, foi necessário calcular cada nível de deficiência, considerando os critérios de aplicação do método Fuzzy, soma da pontuação dos domínios e classificação por nível de acordo com o tipo de deficiência e com a faixa etária.

O cálculo foi desenvolvido em três etapas: i) compilação das pontuações dos níveis de independência das atividades funcionais definidas no IFBrM; ii) identificação das avaliações sujeitas à aplicação do método e aplicação do método *Fuzzy*; iii) cálculo do nível de deficiência (Sem Deficiência, Leve, Moderado e Grave) para cada faixa etária e tipo de deficiência. Todo o procedimento foi feito utilizando o *software* R. Cada etapa é descrita nas seções a seguir.

⁵Em nossas principais Tabelas 3.1 e 3.2 utilizamos, como grupo de comparação tanto aqueles que recebem algum outro benefício – sendo esses: Auxílio-Inclusão, Auxílio-Doença, Auxílio-Acidente, Pensão (declarado sem especificar o tipo), Aposentadoria (declarado sem especificar o tipo) e “Outros Benefícios”, referido como grupo (O) – quanto aqueles que não recebem nenhum tipo de benefício, referidos como grupo (N). Por fim, utilizamos também um grupo de comparação composto por ambos os anteriores (O+N). Mostramos que este grupo de comparação apresenta resultados mais comedidos.

2.1 Pontuações em Atividades Funcionais no IFBrM

Neste tópico detalhamos os passos para o cálculo dos níveis de deficiência de cada avaliado seguindo o Manual de Aplicação do Índice de Funcionalidade Brasileiro Modificado (IFBrM) em sua quarta versão, além do Documento Técnico Analítico Final de 2019 (RESENDE et al., 2019), e sua Revisão de 2021 (RESENDE et al., 2021).

O primeiro passo para o cálculo do nível de deficiência dos avaliados consiste na avaliação das pontuações atribuídas a cada uma das 57 questões que descrevem atividades funcionais e participações segundo a Classificação Internacional de Funcionalidade (CIF). As atividades funcionais são divididas em sete domínios:

1. Aprendizagem e aplicação de conhecimento.
2. Comunicação.
3. Mobilidade.
4. Cuidados Pessoais.
5. Vida Doméstica.
6. Educação, Trabalho e Vida Econômica;
7. Relações e Interações Interpessoais, Vida Comunitária, Social, Cultural e Política.

Para cada Atividade é atribuído um nível de independência, baseada no modelo da Medida de Independência Funcional (MIF), com os níveis de dependência de terceiros agrupados em quatro níveis de pontuação (25, 50, 75 e 100 pontos). A menor pontuação (25) representa a dependência total de um indivíduo avaliado para realizar uma determinada atividade. A maior pontuação (100) está associada à inexistência de restrições ou limitações para realizar a atividade em relação a pessoas da mesma idade, cultura e educação sem limitações. O Quadro 2.1 apresenta os critérios que definem cada uma das pontuações.

Quadro 2.1.: Pontuação atribuída a Atividades Funcionais

Pontuação atribuída a cada Atividade Funcional

- 25 — Não realiza a atividade ou é totalmente dependente de terceiros para realizá-la. Não participa de nenhuma etapa da atividade.
- 50 — Se realiza a atividade com o auxílio de terceiros.
- 75 — Realiza a atividade de forma adaptada, sendo necessário algum tipo de modificação ou realiza a atividade de forma diferente da habitual ou mais lentamente.
- 100 — Realiza a atividade de forma independente, sem nenhum tipo de adaptação ou modificação, na velocidade habitual e em segurança.

Fonte: Manual de Aplicação Índice de Funcionalidade Brasileiro Modificado (IFBrM).

2.2 Identificação e Aplicação do Método *Fuzzy*

Uma vez computadas as respostas, o Manual do IFBrM prevê a aplicação do Modelo Linguístico *Fuzzy* para reavaliação das respostas de determinados grupos de questões utilizando outras questões de referência. O objetivo desta estratégia é introduzir um elemento qualitativo que permita balancear as 57 atividades por tipos de deficiência, situações emblemáticas e pelo maior risco nestas atividades em função da dependência de terceiros. Dessa forma, para cada tipo de impedimento, alguns domínios afetam de maneira preponderante os efeitos da deficiência que o avaliado experiencia. Assim, a aplicação do modelo *Fuzzy* permite a atribuição de maior peso aos domínios principais de cada tipo de impedimento por deficiência. Cada impedimento prioriza dois domínios, uma questão emblemática e critérios particulares de reclassificação de acordo com as respostas às questões.

As questões emblemáticas são descritas no Quadro 3 do Manual de Aplicação IFBrM. Caso uma das questões emblemáticas relativas a um tipo de deficiência seja respondida afirmativamente ou os critérios de reclassificação dentro dos domínios preponderantes sejam atendidos, o método é aplicado. No Quadro 2.2 apresentamos um exemplo dos critérios para aplicação do *Fuzzy* para portadores de deficiência auditiva.

Quadro 2.2.: Exemplo — Aplicação do Método *Fuzzy* para o Tipo de Deficiência: Auditivo

Tipo de Deficiência: Auditivo

Critérios a serem observados:

- () *Questão Emblemática*: “A surdez ocorreu antes dos 6 anos ?”;
- () Houve pontuação 25 ou 50 em alguma atividade dos Domínios “Comunicação” (2) ou “Relações e Interações Interpessoais, Vida Comunitária, Social, Cultural e Política” (7); OU houve pontuação 75 em todas as atividades dos Domínios: “Comunicação” (2) ou “Relações e Interações Interpessoais, Vida Comunitária, Social, Cultural e Política” (7).
- () Não dispõe do auxílio de terceiros sempre que necessário.

Método *Fuzzy*: Se algum dos itens elencados acima for respondido de forma afirmativa, a menor pontuação entre os itens dos Domínios “Comunicação” (2) ou “Relações e Interações Interpessoais, Vida Comunitária, Social, Cultural e Política” (7) é imputada, respectivamente, a todas pontuações das questões relativas ao domínio.

Fonte: Manual de Aplicação Índice de Funcionalidade Brasileiro Modificado (IFBrM).

2.3 Classificações de Deficiência

Após a aplicação do Método *Fuzzy* para rebaixamento das pontuações para cada grupo de atividades funcionais por domínio, uma pontuação final é calculada por meio da soma das pontuações em todas as atividades funcionais. No entanto, é importante notar que para cada faixa etária, uma série de atividades funcionais não devem ser consideradas nesta soma. Como um todo, o cálculo é complexo pois envolve a combinação de 6 tipos de impedimento e 11 faixas etárias para exclusão de cada uma das 57 atividades em 7 domínios.

O critério de exclusão destas atividades segue as diretrizes apresentadas nas Tabelas 1 e 2 do Manual de Aplicação do IFBrM. Desta forma, as pontuações finais são comparáveis somente entre idades específicas ou faixas etárias. Já os pontos de corte para a classificação do nível de deficiência (Sem Deficiência, Leve, Moderado ou Grave) são construídos para cada faixa etária e para cada tipo de deficiência seguindo as Tabelas 10, 11, 12 e 13 do Documento Técnico Analítico Final – Revisão 2021.

Por exemplo, uma pessoa na faixa etária de 0 a 4 anos, com a deficiência do tipo “Físico”, tem o nível de deficiência calculado como “Leve” caso a soma da pontuação esteja abaixo de 2000 pontos, “Moderado” se abaixo de 1800 pontos e “Grave” se abaixo de 900 pontos. Já uma pessoa de 5 a 10 anos, com o mesmo tipo de deficiência, é considerada “Leve” até 2900 pontos, “Moderado” até 2550 pontos e Grave até 1800 pontos. Os pontos de corte diferem pois a quantidade de questões consideradas é maior em faixas etárias superiores.

Para o cálculo das pontuações finais, seguiu-se estritamente a metodologia apresentada na Seções 2.1, 2.2 e 2.3. No entanto, uma vez que as pontuações finais são baseadas na soma entre itens da matriz de aplicação do instrumento, o resultado final é sensível à “Não Resposta”. Para evitar comparações impróprias, imputamos o valor de 100 para os campos não respondidos, quando ausentes mesmo para uma idade apropriada (Tabela 1 do Manual de Aplicação do IFBrM). Este procedimento, apesar de mudar a soma de pontuações finais, não deveria prejudicar a qualidade da avaliação uma vez que, caso o indivíduo apresente alguma característica determinante para a aplicação do Método *Fuzzy* — e portanto algum indicativo de impedimento em determinado domínio — os valores imputados serão ignorados para cálculo final dos níveis de deficiência.

Os níveis qualitativos de deficiência calculados permitem a avaliação da deficiência quando todos os domínios são considerados, mas não permitem a comparação do grau de deficiência dentro de cada um dos domínios. Assim, para realizar essa comparação, usamos a soma das pontuações após a aplicação do Método *Fuzzy* em cada domínio, considerando as duas avaliações disponíveis por indivíduo avaliado.

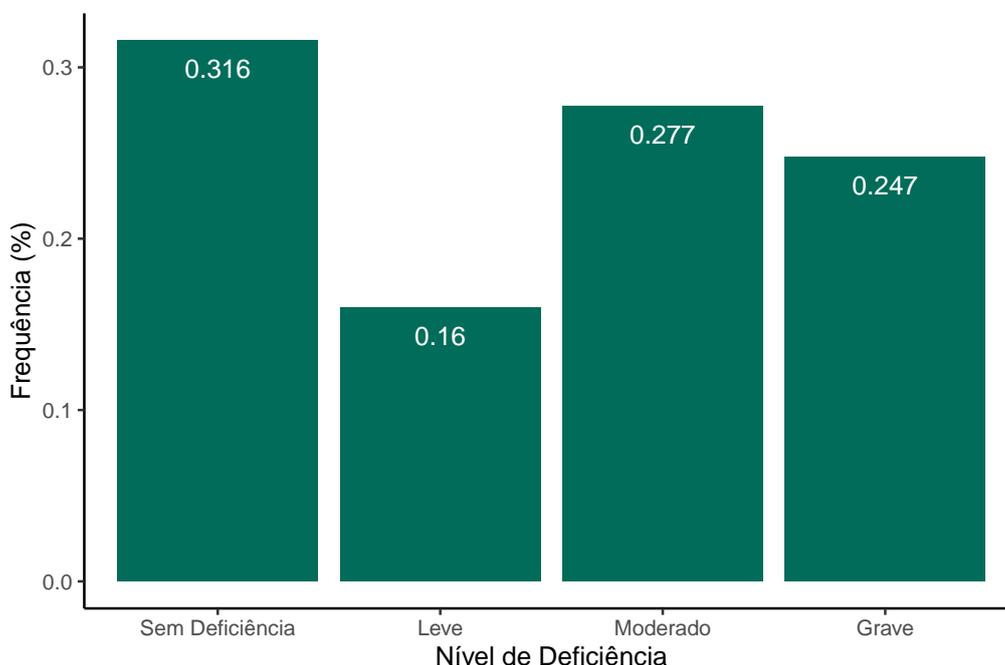
Esta soma é comparável somente entre as dimensões que orientam o suporte da distribuição

das pontuações. Assim, não podemos comparar a pontuação total gerada entre domínios, uma vez que as pontuações somadas apresentam mínimos e máximos divergentes devido ao número potencialmente diferente de itens entre os domínios. Por exemplo, a pontuação somada para o domínio da “Aprendizagem” tem um máximo de 1800 (duas vezes o número de itens no domínio, neste caso 9), enquanto a pontuação somada para “Comunicação” tem um máximo de 1600. Também, não podemos comparar a pontuação somada entre avaliados de idades diferentes, uma vez que o número total de itens considerados na avaliação é diferente para cada idade ou faixa etária considerada.

Esta alternativa é, no entanto, útil para compararmos o perfil de deficiência entre os beneficiários e não beneficiários do BPC dentro de uma mesma faixa etária. Dessa forma, utilizamos a pontuação total nas Figuras 3.1 e 3.2 da próxima seção deste relatório, onde buscamos entender em quais domínios há maiores diferenças de acordo com o tipo de benefício recebido.

A Figura 2.1 mostra o resultado a aplicação da metodologia para as 17.566 avaliações (com cada avaliado participando de duas avaliações independentes). Nesta figura constatamos que nossa análise também respeita o padrão de referência construído para o IFBrM, com a prevalência de gravidade observada (24.7%) em torno prevalência suposta de 25% para a composição e desenho da amostra.⁶

Figura 2.1: Distribuição dos Níveis de Deficiência entre todas as avaliações



Fonte: Elaboração própria com base dos dados de validação do IFBrM.

⁶A amostra projetada para o estudo de Validação do IFBrM, utilizada nessa avaliação, pretendia encontrar prevalência entre 20% e 30% ($25\% \pm 5\%$) segundo o Documento Técnico Analítico Final 2019.

3. Resultados

3.1 Análise Descritiva do Perfil Socioeconômico entre os Beneficiários do BPC

As tabelas abaixo exploram as diferenças em características socioeconômicas entre os beneficiários do BPC e beneficiários de outro ou nenhum programa (referidos como “Outro ou Nenhum Benefício”). Exploramos também as diferenças nestas mesmas características socioeconômicas entre os Tipos de Deficiência e os Níveis de Deficiência, calculados de acordo com o manual do IFBrM e seguindo os passos apresentados na Seção 2.1.

A Tabela 3.1 apresenta um sumário destas características para o total da amostra e para as amostras divididas entre indivíduos que recebem o benefício BPC (coluna “BPC”), os que recebem algum outro ou nenhum benefício (coluna “Outros ou N. Bnf. (O+N)”), algum benefício (coluna “Outros Bnf. (O)”) e nenhum benefício (coluna “Nenhum Bnf. (N)”). As colunas “Dif.” apresentam as diferença entre os valores da coluna BPC e a comparação referida e as colunas “P-valor” apresentam o menor nível de significância para o qual rejeitamos a hipótese nula de que a diferença referida seja igual à zero num teste “*T*” para o valor da diferença entre as duas amostras (*Two Sample T-Test*, SNEDECOR; COCHRAN, 1989). Esta mesma estrutura é replicada na Tabela 3.2, onde comparamos a incidência de cada Tipo de Deficiência e os Níveis de Deficiência entre os beneficiários do BPC e os grupo de comparação.

Na Tabela 3.1, notamos um menor número de brancos e um maior número de pessoas pardas que recebem o benefício. No que se refere à Escolaridade, há uma concentração de indivíduos de baixa escolaridade (Ens. Fundamental, completo ou incompleto) que recebem o BPC. Há também uma parcela significativa de respostas “Não Aplicáveis” à questão de Escolaridade entre os beneficiários do BPC, essa categoria corresponde às crianças que ainda não possuem idade escolar e constituem grande parte das observações da base de dados. Isto está relacionado ao fato dos beneficiários do BPC serem, em geral, mais jovens do que aqueles que recebem outros benefícios. Notamos também que a proporção de beneficiários do BPC residentes na zona rural é aproximadamente 5 pontos percentuais maior em relação ao grupo de comparação. A razão entre sexos não é muito divergente entre os grupos. Estes resultados são, em geral, mais acentuados quando comparamos os beneficiários do BPC com o grupo que recebe algum outro benefício e atenuados quando comparamos com que não recebe nenhum outro benefício.

Tabela 3.1: Perfil Socio-Econômico dos Beneficiários

Variável	Total	BPC	Outros ou N. Bnf. (O+N)	Dif. BPC- (O+N)	P-Valor BPC- (O+N)	Outros Bnf. (O)	Dif. BPC-O	P-Valor BPC-O	Nenhum Bnf. (N)	Dif. BPC-N	P-Valor BPC-N
Raça (%):											
<i>Branco</i>	0.44	0.39	0.47	-0.08	0.00	0.49	-0.10	0.00	0.45	-0.07	0.00
<i>Pardo</i>	0.41	0.47	0.39	0.08	0.00	0.36	0.11	0.00	0.40	0.06	0.00
<i>Preto</i>	0.12	0.13	0.12	0.01	0.21	0.13	0.00	0.98	0.12	0.01	0.11
<i>Amarelo</i>	0.02	0.01	0.02	-0.01	0.03	0.02	-0.01	0.15	0.02	-0.01	0.04
Escolaridade (%):											
<i>Ens. Fundamental</i>	0.56	0.63	0.54	0.09	0.00	0.62	0.01	0.48	0.50	0.13	0.00
<i>Ens. Médio</i>	0.15	0.08	0.19	-0.10	0.00	0.23	-0.15	0.00	0.16	-0.08	0.00
<i>Ens. Superior</i>	0.07	0.01	0.09	-0.08	0.00	0.10	-0.09	0.00	0.08	-0.07	0.00
<i>Não Aplicável</i>	0.22	0.28	0.19	0.09	0.00	0.05	0.22	0.00	0.25	0.02	0.04
Residência (% Rural)	0.07	0.11	0.06	0.05	0.00	0.04	0.07	0.00	0.07	0.04	0.00
Sexo (% Mulher)	0.47	0.45	0.48	-0.03	0.02	0.52	-0.07	0.00	0.46	-0.01	0.29
Idade	27.22	17.51	30.97	-13.46	0.00	55.69	-38.18	0.00	22.13	-4.63	0.00
Faixa Etária:											
<i>1 a 4 Anos</i>	0.20	0.22	0.19	0.04	0.00	0.03	0.20	0.00	0.24	-0.02	0.07
<i>5 a 10 Anos</i>	0.20	0.28	0.16	0.12	0.00	0.04	0.24	0.00	0.20	0.08	0.00
<i>11 a 17 Anos</i>	0.14	0.20	0.12	0.08	0.00	0.04	0.16	0.00	0.15	0.05	0.00
<i>18 a 59 Anos</i>	0.30	0.24	0.32	-0.08	0.00	0.33	-0.09	0.00	0.32	-0.08	0.00
<i>60 Anos ou Mais</i>	0.17	0.05	0.21	-0.16	0.00	0.56	-0.50	0.00	0.09	-0.03	0.00
Renda Familiar (R\$)	2362.27	2280.38	2402.12	-121.74	0.76	2371.39	-91.01	0.83	2405.01	-124.63	0.78
Qtd. Pessoas Domicílio	4.45	4.94	4.23	0.71	0.30	3.74	1.20	0.16	4.46	0.48	0.51

Fonte: Elaboração própria com base nos dados de validação do IFBrM.

A renda média familiar considera o total após o recebimento dos benefícios monetários, o que pode explicar a ausência de diferença significativa entre os beneficiários do BPC e demais programas. A quantidade de pessoas que residem no mesmo domicílio é também apenas um pouco maior entre os beneficiários do BPC, com uma diferença não significativa em relação ao grupo de comparação.

Na Tabela 3.2 apresentamos a comparação entre os grupos de beneficiários com relação às prevalências dos Tipos e Níveis de Deficiência na amostra. O tipo de deficiência que apresenta maior diferença entre os beneficiários é o “Intelectual/Cognitivo”, com uma proporção quase 11 pontos percentuais maior entre os beneficiários. Tal fato pode estar associado à concentração de indivíduos mais jovens entre os beneficiários do BPC. Além disso, todos os avaliados que recebem o BPC declaram algum tipo de deficiência, em comparação à 11% no grupo que recebe outros benefícios.

No segundo bloco de resultados, há grandes diferenças na prevalência de níveis de deficiência entre os beneficiários e não beneficiários. Em geral, os beneficiários do BPC apresentam perfis de deficiência avaliados pelo IFBrM como relativamente mais graves. A prevalência de níveis graves de deficiência é em torno de 24 pontos percentuais maior no grupo que recebe o BPC e o proporção de avaliados classificados como “Sem Deficiência” é quase 30 pontos percentuais menor neste grupo. Estes números por si já demonstram diferenças muito significativas entre os grupos, mesmo assim, quando consideramos a comparação entre os beneficiários do BPC e apenas os beneficiários de outros

programas, vemos que os resultados são ainda mais divergentes, com uma prevalência de apenas 8% de casos avaliados como graves entre o grupo que recebe outros benefícios.

Tabela 3.2: Perfil de Deficiência dos Beneficiários

Variável	Total	BPC	Outros ou N. Bnf. (O+N)	Dif. BPC- (O+N)	P-Valor BPC- (O+N)	Outros Bnf. (O)	Dif. BPC-O	P-Valor BPC-O	Nenhum Bnf. (N)	Dif. BPC-N	P-Valor BPC-N
Tipo de Deficiência (%):											
<i>Auditivo</i>	0.14	0.12	0.15	0.02	0.00	0.18	-0.06	0.00	0.14	-0.01	0.16
<i>Intelectual/Cognitivo</i>	0.23	0.31	0.20	-0.11	0.00	0.09	0.22	0.00	0.24	0.07	0.00
<i>Físico</i>	0.27	0.29	0.26	-0.03	0.01	0.35	-0.06	0.00	0.22	0.06	0.00
<i>Visual</i>	0.15	0.16	0.14	-0.03	0.00	0.18	-0.01	0.06	0.12	0.04	0.00
<i>Mental/Psicossocial</i>	0.14	0.11	0.15	0.03	0.00	0.13	-0.01	0.09	0.16	-0.04	0.00
<i>Não Declarado</i>	0.08	0.00	0.11	0.11	0.00	0.08	-0.08	0.00	0.12	-0.12	0.00
Nível de Deficiência (%):											
<i>Sem Deficiência</i>	0.31	0.10	0.40	0.30	0.00	0.60	-0.50	0.00	0.32	-0.22	0.00
<i>Leve</i>	0.16	0.15	0.16	0.01	0.08	0.12	0.03	0.00	0.18	-0.03	0.00
<i>Moderado</i>	0.28	0.33	0.26	-0.07	0.00	0.20	0.13	0.00	0.28	0.04	0.00
<i>Grave</i>	0.25	0.42	0.18	-0.24	0.00	0.08	0.34	0.00	0.22	0.21	0.00

Fonte: Elaboração própria com base nos dados de validação do IFBrM.

Os resultados anteriores nos indicam que o perfil de deficiência dos beneficiários é, seguindo a escala do IFBrM, mais restritivo do que aqueles que recebem algum outro ou nenhum benefício. Em nossas próximas análises, escolhemos como um grupo de comparação mais conservador a amostra que agrega tanto os beneficiários de outros programas quanto os não beneficiários de programa algum.

As Tabelas 3.3 e 3.4 apresentam, respectivamente, um sumário das características socioeconômicas na amostra entre cada tipo de deficiência e também entre cada nível de deficiência. De forma geral, a Tabela 3.3 mostra que a composição socioeconômica é, em grande parte, divergente entre os tipos de deficiência. Estas divergências não podem ser interpretadas de forma clara.

Na Tabela 3.4 vemos que não existem grandes diferenças na composição racial entre os níveis de deficiência não nulos. No entanto, ao compararmos os grupos que de fato foram avaliados com algum nível de deficiência (Leve, Moderado ou Grave) com o grupo classificado como “Sem Deficiência”, há uma maior concentração de pretos e pardos no primeiro grupo. Os grupos com níveis Moderados ou Graves de deficiência apresentam uma escolaridade menor, mas este resultado pode estar atrelado à baixa idade nestes grupos quando comparados ao grupo sem deficiência.

Tabela 3.3: Perfil Socio-Econômico dos Beneficiários por Tipo de Deficiência

Variável	Tipo de Deficiência				
	Auditivo	Cognitivo	Físico	Visual	Mental
Raça (%):					
<i>Branco</i>	0.47	0.43	0.44	0.49	0.38
<i>Pardo</i>	0.39	0.42	0.41	0.40	0.45
<i>Preto</i>	0.12	0.13	0.13	0.10	0.15
<i>Amarelo</i>	0.02	0.02	0.02	0.01	0.01
Escolaridade (%):					
<i>Ens. Fundamental</i>	0.62	0.65	0.49	0.50	0.66
<i>Ens. Médio</i>	0.18	0.06	0.17	0.17	0.19
<i>Ens. Superior</i>	0.09	0.01	0.06	0.09	0.04
<i>Não Aplicável</i>	0.11	0.28	0.28	0.23	0.12
Residência (% Rural)	0.07	0.08	0.09	0.10	0.03
Sexo (% Mulher)	0.49	0.37	0.46	0.51	0.46
Idade	36.30	15.76	28.86	29.57	27.79
Faixa Etária (%):					
<i>1 a 4 Anos</i>	0.12	0.24	0.26	0.21	0.07
<i>5 a 10 Anos</i>	0.18	0.33	0.14	0.17	0.17
<i>11 a 17 Anos</i>	0.11	0.19	0.10	0.10	0.27
<i>18 a 59 Anos</i>	0.29	0.19	0.31	0.34	0.38
<i>60 Anos ou Mais</i>	0.30	0.05	0.19	0.19	0.11
Renda Familiar (R\$)	3133.93	2651.64	2297.12	1806.85	1753.53
Qtd. Pessoas Domicílio	5.36	4.45	3.86	5.70	3.82

Fonte: Elaboração própria com base nos dados de validação do IFBrM.

Tabela 3.4: Perfil Socio-Econômico dos Beneficiários por Níveis de Deficiência

Variável	Nível de Deficiência			
	Sem Deficiência	Leve	Moderado	Grave
Raça (%):				
<i>Branco</i>	0.48	0.38	0.44	0.43
<i>Pardo</i>	0.38	0.48	0.41	0.42
<i>Preto</i>	0.12	0.11	0.13	0.13
<i>Amarelo</i>	0.02	0.02	0.02	0.02
Escolaridade (%):				
<i>Ens. Fundamental</i>	0.59	0.64	0.56	0.50
<i>Ens. Médio</i>	0.20	0.22	0.16	0.05
<i>Ens. Superior</i>	0.13	0.07	0.04	0.00
<i>Não Aplicável</i>	0.08	0.08	0.24	0.45
Residência (% Rural)	0.04	0.07	0.08	0.11
Sexo (% Mulher)	0.55	0.43	0.42	0.45
Idade	46.14	22.42	20.73	13.59
Faixa Etária (%):				
<i>1 a 4 Anos</i>	0.09	0.07	0.26	0.34
<i>5 a 10 Anos</i>	0.13	0.35	0.17	0.22
<i>11 a 17 Anos</i>	0.06	0.18	0.16	0.21
<i>18 a 59 Anos</i>	0.22	0.39	0.39	0.23
<i>60 Anos ou Mais</i>	0.50	0.01	0.02	0.00
Renda Familiar (R\$)	2542.90	1898.45	2357.87	2432.80
Qtd. Pessoas Domicílio	4.31	3.72	4.76	4.75

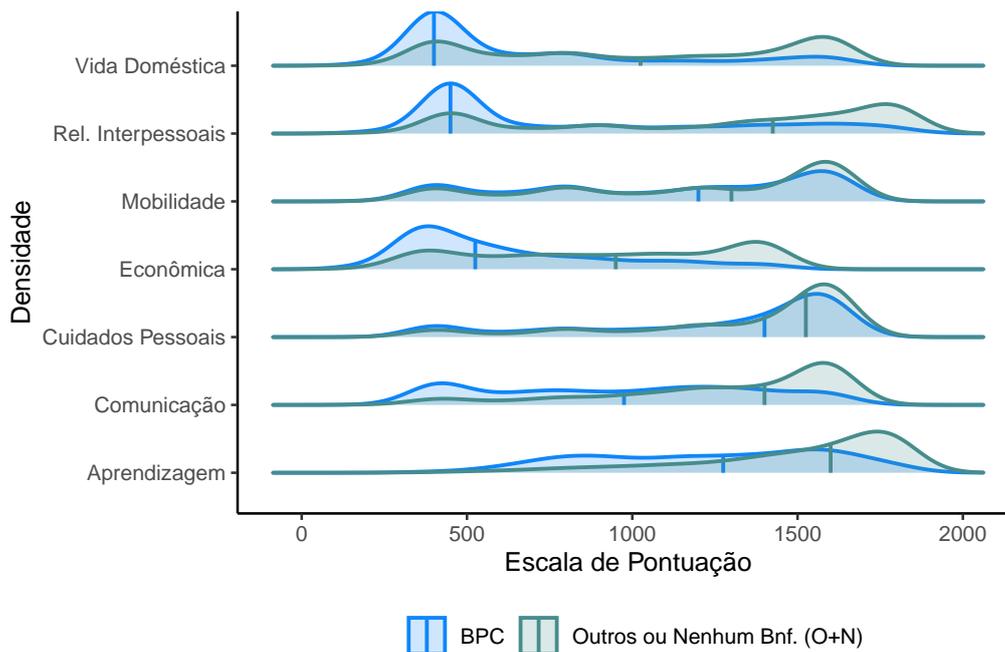
Fonte: Elaboração própria com base nos dados de validação do IFBrM.

3.2 Análise do Perfil de Deficiência entre os Beneficiários do BPC

Nesta seção apresentamos a análise dos dados buscando evidenciar as relações entre os tipos de deficiência, os domínios de atividades funcionais e o recebimento do BPC (em relação a beneficiários de outros programas ou que não recebem benefício algum). Conforme descrito na Seção 2.3, para empregar a própria pontuação final por domínio do IFBrM como uma medida de intensidade de deficiência — onde uma menor pontuação representa um maior nível de deficiência — utilizamos a soma das pontuações totais (por domínio) calculadas por dois avaliadores. Para que as somas sejam comparáveis, nos concentramos nesta análise exploratória somente nos indivíduos com idades entre 18 e 59 anos. Este grupo responde a todas as questões em cada domínio e, portanto, apresenta uma pontuação comparável. Além disso, este grupo corresponde à aproximadamente 30% de nossa amostra, sendo a maior faixa etária de pontuação comparável na amostra.

A Figura 3.1 mostra as distribuições das pontuações do IFBrM calculadas por Domínios entre os indivíduos beneficiários (em azul) e não beneficiários (em verde), com idade entre 18 a 59 anos. Nesta comparação, vemos que, em todos os domínios, os beneficiários do programa apresentam a pontuação mediana abaixo dos não beneficiários — o que indica um perfil de deficiência mais restritivo. Estas diferenças são mais acentuadas entre os domínios de “Vida Doméstica”, “Relações Interpessoais” e “Vida Econômica”. É importante notar que, uma vez que os domínios não possuem o mesmo número de questões, a pontuação somada não é comparável *entre* domínios.

Figura 3.1: Distribuições e Medianas de Soma de Pontuação por Domínio e Recebimento do BPC entre indivíduos com idade entre 18 e 59 anos



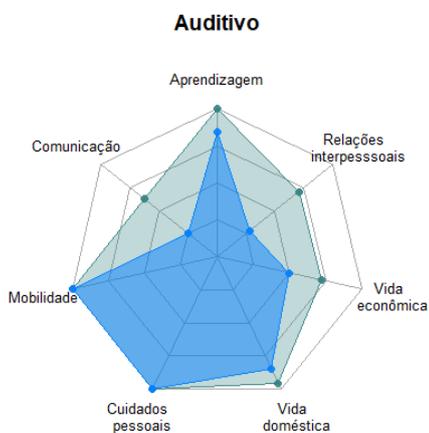
Fonte: Elaboração Própria com base nos dados de validação do IFBrM.

Aprofundando esta exploração dos dados, os gráficos presentes na Figura 3.2 apresentam as medianas das somas de pontuação em cada domínio, separadas por Tipos de Tipo de Deficiência, comparando os indivíduos de acordo com o status de recebimento do BPC. Nestes gráficos, podemos notar que em todos os tipos de deficiência, os beneficiários do BPC apresentam uma pontuação mediana menor ou igual à do grupo não beneficiário do programa, associada a um maior grau de deficiência. O perfil de deficiência entre os tipos “Intelectual-Cognitivo” (Figura 3.2b) e “Mental-Psicossocial” (Figura 3.2e) é minimamente mais restrito entre os beneficiários do programa, com diferenças mais pronunciadas entre os domínios de “Comunicação” e “Aprendizagem”. Nessas deficiências, as pontuações medianas dos domínios de “Relações Interpessoais”, “Vida Doméstica” e “Vida Econômica” já são muito baixas, independentemente do status de recebimento do BPC.

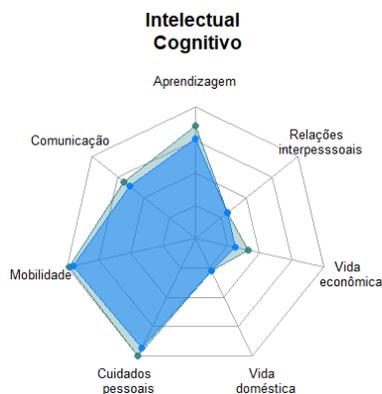
Já entre os tipos de deficiência “Auditivo” (Figura 3.2a), “Físico” (Figura 3.2c) e “Visual” (Figura 3.2d) as diferenças são mais acentuadas. Dentro do tipo de de deficiência “Auditivo” os domínios da “Comunicação” e Relações “Interpessoais” apresentam as maiores diferenças. Entre os portadores de deficiência física, as diferenças de pontuação entre beneficiários são grandes em todos os domínios, em que os beneficiados pelo BPC apresentam um perfil de deficiência muito mais restrito. Em geral, os gráficos nos mostram que nos domínios preponderantes de cada tipo de deficiência as pontuações já são muito baixas entre os dois grupos e não há diferenças entre eles, ou a pontuação é mais baixa para o grupo beneficiário do BPC.

Figura 3.2: Mediana das Somas de Pontuação por Domínios, Tipo de Deficiência e Recebimento do BPC entre indivíduos com idade entre 18 e 59 anos

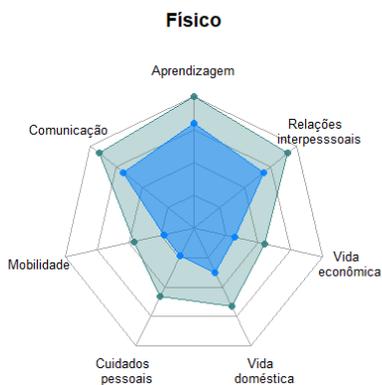
(a) Tipo de Deficiência: Auditivo



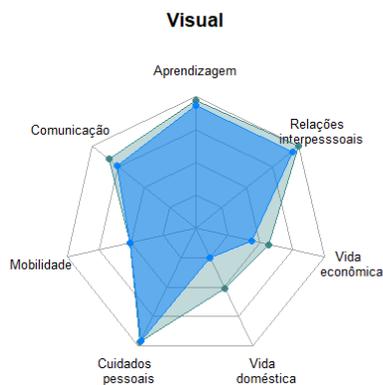
(b) Tipo de Deficiência: Cognitivo



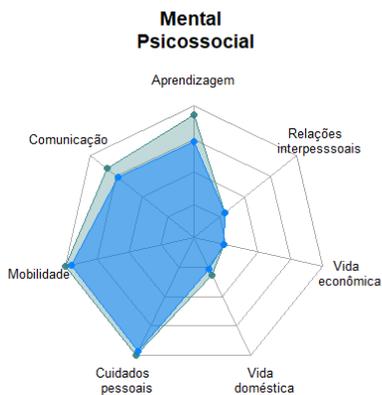
(c) Tipo de Deficiência: Físico



(d) Tipo de Deficiência: Visual



(e) Tipo de Deficiência: Mental



(f) Legendas

- Com BPC
- Outros ou Nenhum Bnf.

Fonte: Elaboração Própria com base nos dados de validação do IFBrM.

4. Considerações Finais

A principal consideração desta análise exploratória é a de que os beneficiários do BPC apresentam um perfil de deficiências mais restritivo do os que recebem outros ou nenhum benefício. Além disso, os beneficiários do BPC também apresentam um perfil socioeconômico diferente. Quando comparados aos beneficiários de outros programas ou não beneficiários, os beneficiários do BPC são, em geral, mais jovens e — em grande parte — concentrados entre crianças e jovens de 5 a 17 anos de idade. Apresentam também uma menor escolaridade. Este grupo também apresenta uma maior concentração de residências na zona rural. Estas estimativas mostram na verdade que, além de um perfil de deficiência mais restrito, a composição do grupo de beneficiários do BPC é muito diferente em termos de idade. Entre os beneficiários do BPC, a prevalência de níveis de deficiência “Graves” chega a 42%. Um número alto quando comparado ao grupo que recebe outros ou nenhum benefício (18%) ou mesmo quando comparado ao *benchmark* teórico de 25% esperado para a amostra coletada.

As análises apresentadas na Seção 3.2 lidam, de alguma forma, com o problema da diferente composição etária entre os beneficiários do BPC e nos mostram que, mesmo ao considerar somente avaliados dentro da faixa etária de 18 a 59 anos, os beneficiários do BPC apresentam um perfil de deficiência mais restritivo em todos os domínios. Além disso, quando replicamos esta análise para cada tipo de deficiência, os beneficiários do BPC também apresentam medianas de pontuação total sempre menores ou iguais às dos que recebem algum outro ou nenhum benefício. Estas diferenças são mais acentuadas entre os tipos de deficiência “Auditivo”, “Físico” e “Visual”.

É importante notar que a comparação foi feita levando em conta o recebimento declarado — e portanto a escolha prévia — dos avaliados por diversos programas ou benefícios e não os critérios de recebimento (indisponíveis para os dados obtidos). É natural que esta decisão seja também consequência de fatores não observados como participação, experiência e histórico no mercado de trabalho. Uma vez que os beneficiários do BPC são mais jovens, é plausível que eles apresentem menos deficiências adquiridas ou em função de atividades insalubres e acidentes de trabalho, em oposição à deficiências congênitas ou hereditárias. Avaliados que já participaram do mercado de trabalho tenderiam a receber outros tipos de benefícios, como o “Auxílio-Doença” ou o “Auxílio-Acidente”, ambos administrados pelo INSS. A comparação apresentada também não leva em conta fatores endógenos da relação econômica entre o grau de deficiência e o recebimento de algum benefício, uma vez que as deficiências mais leves podem permitir algum tipo de participação dos avaliados no mercado de trabalho, diminuindo a necessidade de algum benefício.

Referências Bibliográficas

AGÊNCIA SENADO. *Sancionada lei com critérios para concessão de BPC*. 2021. Acessado em 12/08/2021. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2021/06/23/sancionada-lei-com-criterios-para-concessao-de-bpc>>. Citado na página 5.

BRASIL. *Lei nº. 8.742. Dispõe sobre a Lei Orgânica da Assistência Social*. 1993. Citado na página 5.

BRASIL. *Lei Nº 13.146, de 6 de julho 2015. Institui a lei brasileira de inclusão da pessoa com deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)*. 2015. Citado na página 5.

RESENDE, M. et al. *Produto 11 – Documento Técnico e Analítico Final: Análise do processo de validação do Índice de Funcionalidade Brasileiro (IFBr) pelas Políticas Sociais Brasileiras*. Brasília, DF, 2019. Citado 4 vezes nas páginas 5, 7, 9 e 12.

RESENDE, M. et al. *Revisões Referentes ao Produto 11 — Documento técnico e analítico final*. Brasília, DF, 2021. Citado 3 vezes nas páginas 7, 9 e 11.

SNEDECOR, G. W.; COCHRAN, W. G. *Statistical Methods*. Ames, Iowa: Iowa State University Press, 1989. v. 1191. Citado na página 13.